



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOÃO**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2024

Dispõe sobre a apreciação das Contas de Gestão do Poder Executivo do ano de 2021, conforme Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOÃO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Ficam aprovadas as contas anuais apresentadas pelo Poder Executivo, relativas ao exercício financeiro de 2021, corroborando com o parecer prévio favorável emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, no processo TC-000886-0200/21-9.

Artigo 2º - As contas ora aprovadas ficarão nesta Câmara Municipal durante todo o exercício, à disposição para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, conforme determina os termos do artigo 49 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Lagoão, 09 de julho de 2024.

Francieli Miiller

Presidente

Aprovado por Unanimidade

Em: 15.10.2024

Presidente



DECLARATION OF THE
UNITED NATIONS
ON THE RIGHTS OF
INDIGENOUS PEOPLES

THE UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY

On 13 September 1992, the United Nations General Assembly adopted the Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, which is the first international instrument that sets out the individual and collective rights of indigenous peoples.

The Declaration is a landmark document in the history of international law, as it is the first time that the rights of indigenous peoples have been recognized in a single, comprehensive instrument.

The Declaration is a landmark document in the history of international law, as it is the first time that the rights of indigenous peoples have been recognized in a single, comprehensive instrument.

The Declaration is a landmark document in the history of international law, as it is the first time that the rights of indigenous peoples have been recognized in a single, comprehensive instrument.

The Declaration is a landmark document in the history of international law, as it is the first time that the rights of indigenous peoples have been recognized in a single, comprehensive instrument.

The Declaration is a landmark document in the history of international law, as it is the first time that the rights of indigenous peoples have been recognized in a single, comprehensive instrument.

United Nations
New York, 13 September 1992

United Nations
New York, 13 September 1992

United Nations
New York, 13 September 1992